



Resenha intempestiva de “Consciência e realidade nacional”, de Álvaro Vieira Pinto¹

Breno Augusto da Costa²

Resumo

Este texto consiste em mais do que uma resenha e menos que um artigo filosófico propriamente dito. Contra as abordagens estritamente combativas e depreciadoras do livro “Consciência e realidade nacional”, do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, reeditado recentemente, propusemos uma mirada panorâmica sobre algumas teses e contribuições originais do autor. O livro é referência obrigatória na literatura filosófica brasileira e tem muito a contribuir com uma filosofia da libertação do Sul global.

Palavras chave: Álvaro Vieira Pinto, História da filosofia brasileira, Filosofia Latino-americana, Filosofia da libertação.

Reseña intempestiva de “Consciência e realidade nacional”, de Álvaro Vieira Pinto

Resumen

Este texto constituye más que una reseña pero menos que un artículo filosófico propiamente dicho. Contra los abordajes estrictamente combativos y despreciadoras del libro “Consciência e realidade nacional” [Conciencia y realidad nacional], del filósofo brasileño Álvaro Vieira Pinto, reeditado recientemente, propusimos una mirada panorámica sobre algunas tesis y contribuciones originales del autor. El libro es referencia obligatoria en la literatura filosófica brasileña y tiene mucho que aportar para una filosofía de la liberación del Sur global.

Palabras clave: Álvaro Vieira Pinto, Historia de la filosofía brasileña, Filosofía Latino-americana, Filosofía de la liberación.

Untimely review of “Consciência e realidade nacional”, from Álvaro Vieira Pinto

Summary

This text consists in more than a review and less than a philosophic paper itself. Against the strictly combative and depreciative approaches to the Brazilian philosopher Álvaro Vieira Pinto’s book “Consciência e realidade nacional” [Consciousness and national reality], recently reedited, we proposed a panoramic view on some of the author’s original theses and

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGFIL- UFU), mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (ProfEPT), bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Membro do Grupo Soberania Nacional. Investiga a obra de Álvaro Vieira Pinto, Enrique Dussel, o Pensamento descolonial e a Filosofia brasileira. brenobac@gmail.com

contributions. The book is an obligatory reference in the Brazilian philosophical literature and has much to contribute with a philosophy of liberation of the global South.

Key words: Álvaro Vieira Pinto, History of Brazilian philosophy, Latin American philosophy, Philosophy of liberation.

O pensamento de Álvaro Vieira Pinto tem sido combatido, mas sua obra ainda pouco estudada. Seu livro “Consciência e realidade nacional” ganhou recentemente uma nova edição pela Editora Contraponto, que também já publicou e reeditou outras obras suas. Embora algumas resenhas e críticas tenham sido feitas na ocasião de sua primeira publicação, não seria inadequado jogar com as palavras e dizer que ainda não tomaram consciência da envergadura e dos propósitos da obra agora vamos abordar.

O livro pode ser considerado a obra principal do filósofo carioca Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987), catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), atualmente absorvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nascido em Campos dos Goytacazes, sua formação escolar inicial foi calcada em um modelo humanista clássico, na tradicional instituição jesuíta “Colégio Santo Inácio”, da cidade do Rio de Janeiro. Teve contato com expoentes da Semana da Arte Moderna durante um período em que morou em São Paulo e cursou medicina na Universidade do Brasil (RJ). Teve uma breve atuação clínica, para em seguida dedicar-se à pesquisa científica, o que o levou a formar-se em matemática e física. Na década de 40 passou a dedicar-se à docência de lógica e filosofia da ciência na FNFi, a convite de Alceu Amoroso Lima. Após um ano de estudos na França, defendeu em 1949 a sua tese de catedrático de História da Filosofia nessa mesma instituição, abordando o conceito de inércia na cosmologia de Platão. Em 1955, porém, recebeu o convite de Roland Corbisier para compor o grupo-fundador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Vieira Pinto, que até então era reconhecido como um grande helenista, sofreu uma inflexão em seu pensamento e passou a dedicar-se à refletir sobre a realidade brasileira concreta, datando de 1960 a publicação do primeiro volume de “Consciência e realidade nacional” e do ano seguinte o segundo.

A publicação foi noticiada pela imprensa da época e não tardou em ser resenhada por alguns pares de Vieira Pinto. Nomes de peso da história da filosofia no Brasil, como Padre Vaz, Leandro Konder e Luís Washington Vita, receberam-na de maneira mais ou menos severa.

O caso de Padre Vaz é representativo, pois sua resenha, publicada originalmente em 1962 e reeditada em outras ocasiões, foi elaborada de tal maneira que já de antemão

divisamos um lado perdedor, isto é, o vieirista. É como se assistíssemos a uma partida desportiva cujo placar final seria de antemão sua derrota, ou supressão filosófica, de um jeito ou de outro. Essa resenha foi retomada por outros pensadores, como Paulo Arantes (2005), que não chegou a terminar de ler o livro ora resenhado, mas se propôs a combatê-lo, o que é uma insensatez filosófica. Também retomou-a Ivan Domingues (2017) em um estudo metafilosófico sobre a filosofia do Brasil. Uma vez que seu propósito não era investigar o pensamento dos filósofos de nossa nação, mas sim examinar os “tipos” ou “modelos intelectuais” predominantes em cada período histórico, torna-se compreensível a negligência em tratar do livro de Álvaro Vieira Pinto. Todavia a repulsa de Domingues, que afirma que o autor padecia de um hegelianismo delirante (p. 529), e que, repetindo Vaz e Arantes, em nenhum lugar o Brasil é analisado e referido, indica-nos uma nota comum às apreciações prévias dessa obra. Ora, refere-se ao livro usando os mesmos termos e chegando às mesmas questionáveis³ conclusões que leitores anteriores, é preciso reconhecer que a crítica inicial, de Padre Vaz, cerrou as possibilidades de ler seriamente Álvaro Vieira Pinto; pelo menos para aqueles que se restringiram à leitura de segunda mão e terceira mão. E é preciso reconhecer também que na carreira docente, exercida tanto por Domingues quanto por Arantes, muitos filósofos e professores de filosofia do Brasil foram formados sob o mesmo introyeto de aversão à obra do isebiano e seguramente à filosofia brasileira em geral.

Passar sob o crivo da crítica a recepção do livro no decorrer dos anos é tarefa importante, todavia nosso foco é diferente; trata-se de oferecer uma resenha “Outra”. Diferentemente de Padre Vaz e sua dura crítica, que nos dá a impressão de que “Consciência e realidade nacional” não era digno de leitura filosófica promissora, nosso intuito é, ao invés de encerrar o debate, elaborar uma resenha capaz de abrir novos sentidos reflexivos. Talvez o caminho para tanto seja simples: basta reconhecer que estamos ante a uma obra filosófica, e não de um trabalho de conclusão de doutorado.

Mais do que se preocupar com a contabilização dos “ismos” europeus ou estadunidenses presentes na obra, mais do que tentar aferir a pureza ou mácula doutrinária que apresentou Álvaro Vieira Pinto, é preciso debruçar-se sobre as suas teses. Marx não é estudado por ser um hegeliano de esquerda, por ter sido influenciado por ele,

³ Em outro trabalho (COSTA & MARTINS, 2019) dividimos a crítica de Padre Vaz em três: a de que “Consciência e realidade nacional” em momento algum fala especificamente da realidade brasileira, a de que o autor utiliza uma argumentação inadequada acerca da relação entre consciência e nação, e a de que, levadas às últimas consequências, as proposições do livro culminariam em um Estado do tipo totalitário e fascista. Argumentamos contra a primeira e a terceira.

mas sim por sua produção e argumentação. Heidegger não é reconhecido como exegeta de Husserl, mas por suas contribuições à filosofia por meio de uma temática abordada de maneira inovadora, de um estilo filosófico único e de uma argumentação autoral. É importante conhecer as fontes e matrizes conceituais de Feenberg, mas ele não é lido por isso, mas por *suas* reflexões. É típico da intelectualidade do país subdesenvolvido, isto é, submetido ao jugo colonial, uma valoração excessiva do retorno ao metropolitano. Ao invés de apreender os esforços de autores autóctones como produção autêntica, arvoram-se em assumir uma posição de patrulhamento da colonialidade: passam a criticá-los a partir da ideia de que houve falha em compreender ou aplicar bem o esquema conceitual do cânone europeu.

A investigação das fontes vieiristas, assim como de qualquer outro intelectual, é importante. Mas não devemos encerrar o estudo e crítica de autores brasileiros por aí. É preciso ater-se ao mais importante; qual a proposta reflexiva do autor? Quais foram as teses que defendeu? Como argumentou? A partir daí abrir-se-á uma dimensão inédita para muitos pensadores brasileiros: o estudo sério da filosofia de seu país.

O livro “Consciência e realidade nacional” tem como objetivo estudar as formas através das quais certa consciência coletiva apreende sua respectiva realidade nacional. O autor não se propõe a debater a questão abstrata da relação entre pensamento e a coisa, porém o problema concreto da consciência que tem o povo brasileiro de sua própria realidade. Sua proposta intelectual foi essa. Todavia nos parece que o livro também comporta outros propósitos, por exemplo, oferecer algumas contribuições à constituição da filosofia do desenvolvimento.

Este tema é fonte de mal-entendidos e reducionismos em torno da obra de vieirista. Enquanto uns afirmam que sua pretensão é formar uma “filosofia brasileira”, substantivada, uma chacota de particularização nacional da filosofia, outros reduzem o projeto de filosofia do desenvolvimento a um simples aparato ideológico do desenvolvimentismo juscelinista. Contra os primeiros pesa o esclarecimento que o próprio autor faz nos últimos parágrafos de “Ideologia e desenvolvimento nacional”: recusando severamente a pretensão aludida acima Vieira Pinto afirma que a filosofia do desenvolvimento:

trata-se tão somente de analisar, por meio de disciplinas científicas, os dados do processo histórico de nosso país neste momento e de forjar a teoria explicativa da sua realidade, para do conjunto extrair regras práticas que permitam a intensificação útil do processo (1956, p. 45).

Por outro lado, a concepção vieirista de desenvolvimento não faz uma simples diferenciação entre esse conceito e crescimento econômico, o que no mais das vezes marca uma abordagem crítica inicial do tema. Ele fundamenta esse conceito em bases históricas e existenciais, propondo que o subdesenvolvimento diz respeito às condições materiais em que vive o ser humano, ou seja, reflete o fato objetivo que marca a penúria das massas que compõem certa coletividade (Vieira Pinto, 2020, vol. I, p. 103).

Por isso mesmo a obra é de fundamental importância para o projeto de constituição da filosofia do desenvolvimento, tema espinhoso para os grupos hegemônicos da comunidade filosófica brasileira. Querer defender essa disciplina como uma *filosofia nacional* fugiria dos propósitos de nossa já bastante flexível resenha. É absurda tal ideia, pois o empirismo inglês, o iluminismo francês, o idealismo alemão e o pragmatismo estadunidense são filosofias universais. Apenas salientaremos que um dos propósitos de Vieira Pinto certamente era contribuir para a constituição de uma filosofia do desenvolvimento como disciplina autônoma. O tema foi trabalhado também por outro isebiano: o paulista Roland Corbisier (1968; 1978).

Outro propósito que aparece claramente em “Consciência e realidade nacional” é discutir as formas de consciência mais propícias ao desenvolvimento nacional. Para tanto ele propõe uma divisão multiaxial de formas de consciência, que se opõem em polaridades esquemáticas. A primeira, e mais importante, contrapõe consciência ingênua e consciência crítica; enquanto a primeira modalidade não tem conhecimento dos fatores e condições que a determinam, a consciência crítica é, por essência, aquela que representa claramente os fatores e condições que a determinam. A primeira é guiada por um impressionismo-sensitivo na apreensão da realidade; a segunda procede constante à crise, isto é, à separação dos fatores que incidem sobre si na representação do real.

É possível estabelecer ainda outra distinção consciencial opondo-se a consciência ilustrada à consciência inculta. Este eixo se refere à clareza conceitual através da qual a consciência apreende a realidade. A escolarização e a erudição facultam esse esclarecimento. Na concepção do autor a posse da consciência crítica não é privilégio das parcelas mais educadas da sociedade; pois a gênese das formas de consciência é encontrada nas condições de produção de existência do país, ou seja, no trabalho que se executa nele e na conseqüente apreensão da realidade facultada por esse processo.

A última oposição discutida pelo autor separa a consciência inautêntica e a autêntica da realidade nacional. Diferentemente da oposição anterior, entre as

modalidades ilustre e inculta, que podem vincular-se tanto à consciência ingênua quanto à crítica, a autenticidade é um privilégio característico desta última forma de pensar. Aqui consideramos relevante salientar que concretamente não existem tipos puros de consciência, tratando-se de uma organização meramente didática.

Essa esquematização das formas de consciência da realidade nacional é central no decorrer do livro. Em diferentes ocasiões a argumentação de Vieira Pinto parte do pensamento ingênuo para desembocar na apreensão crítica da realidade. O esquema também é valioso por sua fecundidade: Paulo Freire foi influenciado por ele, sendo sua educação libertadora fundamentada pensamento vieirista também em relação a outros aspectos. Já a polarização entre consciência inculta e consciência ilustrada permite superar a dualidade cultural e o risco do aristocratismo dos problemas intelectuais. Por fim, a última oposição arrolada, entre consciência inautêntica e consciência autêntica é fundamental para refletir a questão da autenticidade da filosofia latinoamericana. Antecipando em vários anos o debate Salazar Bondy *versus* Leopoldo Zea, o filósofo brasileiro oferece-nos uma perspectiva original e rica sobre essa temática, apresentada no segundo volume da obra.

Ainda no primeiro volume do livro o autor discute algumas temáticas introdutórias, como a prática na gênese da consciência, a relação entre consciência e massas, e consciência política e desenvolvimento. Ele chega a produzir uma filosofia da tecnologia calcada na noção de que a essência da técnica é fazer o novo através de um meio melhor; trata-se de um processo revolucionário, pois “o processo histórico do desenvolvimento nacional consiste no desenvolvimento de processos técnicos de produção” (Vieira Pinto, 2020, vol. I, p. 84).

Nada obstante um dos pontos altos do primeiro volume – e que justifica seu subtítulo de “A consciência ingênua” – é a analítica existencial do pensar ingênuo empreendida pelo autor. Através dela são descritos trinta e três traços que caracterizam a forma inepta de pensar. Passar cada um em revista ocuparia demasiado espaço, todavia gostaríamos de salientar a atualidade de sua análise. Naturalmente é preciso reinterpretá-la à luz da sucessão histórica: por exemplo, em relação ao trigésimo traço, o saudosismo, hoje poucos anelam o passado monárquico, tal como abordou o autor, nada obstante o modo saudoso de pensar afeta muitos viúvos da ditadura. O vigésimo sexto traço, visão romântica da história, manifesta-se hoje como uma visão romântica da pandemia, em que a consciência ingênua afirma que há um significado oculto por traz da vinda desse terrível agravo na saúde coletiva mundial. Não se trata de uma pandemia, mas de “uma

punição divina, pois em 2019 desrespeitaram Jesus no carnaval, quando foliões encenaram um Cristo-travesti”, “a pandemia veio para que pudéssemos refletir melhor sobre o que é importante na vida”, “sua função é mostrar que rico, pobre, preto e branco são todos iguais, pois qualquer um morre igual”, “ela veio para escancarar as contradições irreconciliáveis do capitalismo e acelerar o advento do comunismo”. Ou seja, a pandemia tem um significado oculto e cabe à consciência ingênua revelar. Vale citar também o oitavo traço, o pedantismo, pois caracteriza a parte hegemônica da intelectualidade do país subdesenvolvido. O pedante crê que sua função social é mediar as relações entre sua realidade acadêmica amarga, descolorida e infeliz, que não valoriza os bens culturais, e os centros produtores da cultura de excelência, ou seja, Europa e Estados Unidos. Ele duvida da existência da filosofia latinoamericana e da filosofia brasileira, não se dando ao trabalho de ler ou estudar seriamente a história filosófica destas terras; para ele a única filosofia incontestada provém de um milagre grego e mal pode ser aprendida em português. O recurso a outras línguas, portanto, é obrigatório, assim como certo hermetismo naquilo que fala ou escreve. Autores como John de Sousa Aquino (2020) e André Luis Mendonça (2017) desenvolveram críticas convergentes a essas reflexões vieiristas. Evidenciaremos duas coisas: a primeira é que conhecer a história da filosofia de nosso próprio país nos permite encontrar fundamentos para a resolução de alguns problemas parecidos com os quais vivemos ainda hoje; a segunda é que aquilo que Mendonça chamou de Modelo Uspiano que Deu Errado (MUDE) de fazer filosofia esgotou-se sem dar grandes frutos. As gerações filosóficas formadas sob a égide da missão colonizadora francesa são marcadas pelo rigor ao texto, grande perícia técnica na leitura e comentário exegético e pelo pedantismo estéril.

O segundo volume de “Consciência e realidade nacional” tem como subtítulo “A consciência crítica” e subdivide-se em quatro partes; a primeira é constituída pela elaboração categorial da consciência crítica, ocupando aproximadamente dois terços do total do volume; a segunda é uma carta de princípios de uma política nacionalista; a terceira propõe uma sistematização da consciência crítica e a última conclui a obra discutindo temas práticos relacionados ao desenvolvimento e à política revolucionária. Não apenas por sua extensão, mas também pelas temáticas abordadas, esse volume contém mais teses originais de Vieira Pinto do que o primeiro.

O sistema categorial elaborado por ele parte da objetividade, seguida da historicidade, racionalidade, totalidade, atividade, liberdade e, por fim, como síntese, temos a categoria crítica de nacionalidade. Uma categoria leva ao descobrimento das

outras, sendo que a deficiência em apresentar uma delas pode facultar graves amostras de ingenuidade. Por exemplo, se um médico geralmente serve como amostra de domínio da objetividade, racionalidade e historicidade, pelo menos em seu campo de atuação, a deficiência em apreender a totalidade conformada por sua realidade nacional, a atividade que é levado a realizar nela e a libertação que lhe é conveniente, ele poderá cair no pensamento cândido a respeito da situação da saúde coletiva em nosso país. O estudo da consciência ingênua nos mostra que os trinta e três traços apresentam deficiências mais ou menos acentuadas nessas sete categorias críticas, por exemplo o culto ao bom senso à racionalidade, o pessimismo na historicidade e assim sucessivamente.

Essa sistematização é relevante, pois oferece uma explicação do significado de crítica e de pensar criticamente, sua gênese e seus desdobramentos no comportamento concreto dos cidadãos. Ela foi indicada por Constâncio (1984) como sendo complementar ao conjunto categorial da filosofia da libertação de Enrique Dussel (2011).

Encontra nesse volume a importante distinção entre ser-no-mundo e estar-no-mundo. Enquanto o conceito em sua língua original não permite essa dissociação, o português, por sua maior riqueza linguística, o faculta, assim como o espanhol. O argentino Rodolfo Kusch, por exemplo, também se inspirou nesse conceito existencialista para discutir o mero-estar latinoamericano. Na concepção vieirista estar-no-mundo se refere ao dado estático do ser humano encontrar-se no mundo junto a seres animados e inanimados, do plano inorgânico, orgânico e social do ser, para aí produzir sua existência, ou seja, ser-no-mundo. Entre estar e ser-no-mundo existe uma complementaridade: “só sou porque estou, ou, noutras palavras, sou o que sou porque estou no mundo onde estou” (Vieira Pinto, vol. II, p. 140). A partir daí Vieira Pinto defende a tese de que a existência humana é correlata ao mundo, por isso desenvolver a nação equivale a humanizar as condições de existência de seus habitantes.

É desse volume também a proposição de uma teoria axiológica comunitária. Os valores são comunicados, isto é, tornados comuns no processo social de produção da existência. Aquilo que ele chama de ética do desenvolvimento é proposta a partir da noção básica de que o trabalho para si é um bem supremo. Fazendo uma crítica às concepções idealistas e metafísicas de ética, ele propõe que os valores, usos e costumes têm caráter histórico e que é da própria realidade que deveremos extrair o que deverá ser o conteúdo ético de cada período.

A teoria do conhecimento de Álvaro Vieira Pinto faz parte de suas reflexões sobre a atividade. Para ele:

a relação do homem ao mundo admite duas modalidades, possuindo cada qual dois sentidos opostos: pela primeira, no sentido do pensamento para o mundo, temos o acesso ao mundo, e no sentido oposto, a formação da ideia, como reflexo do mundo na consciência; isto é o processo do conhecer. Mas na segunda modalidade, também há dois sentidos, o que vai da consciência ao mundo, é o projeto e a operação, e o que vai do mundo à consciência, é a transformação desta pelo ato que realizou, pois não é mais a mesma que antes de havê-lo feito. Nesta modalidade se constitui o agir (2020, vol. II, p. 192).

A condição humana de ser do mundo é uma premissa básica para essa e diversas outras reflexões vieiristas, como a da liberdade. A este respeito ele recusa as concepções ingênuas correntes, que separam ser humano e mundo e pensamento e ação, para propor uma concepção libertadora de liberdade. Isto é, a liberdade é o próprio libertar, pois na concepção do autor liberdade “é objetivamente um atributo do ato, só secundariamente transferido ao sujeito, enquanto necessitamos considerá-lo como autor de tal ato” (Vieira Pinto, 2020, vol. II, p. 263). A essência da liberdade, como prática social de certa espécie de atos, equivale à “característica da ação com que respondemos a esse permanente desafio [...] para intensificar o curso do processo social objetivo” (Vieira Pinto, 2020, vol. II, p. 264). A liberdade não é um atributo humano primordialmente, um bem espiritual possuído, mas uma tarefa a empreender, relacionada, no Sul global, com a libertação dele das amarras que o oprimem, ou seja, do subdesenvolvimento, da miséria, da desigualdade social, do racismo, da opressão de gênero e assim sucessivamente. O autor defende que é ingênuo assumir a concepção subjetivista de liberdade e que no país subdesenvolvido o conceito assume contornos críticos quando é reconhecido o fato de que nessa fase histórica a liberdade equivale ao resultado da libertação objetiva.

Através de suas reflexões sobre a liberdade o autor chega a uma crítica do conceito de situação-limite. Despojando-o do idealismo pessimista de Karl Jaspers, Vieira Pinto reelabora-o de acordo com a realidade do Sul global. Ao invés de uma condição individual, ela se manifesta aqui como situação coletiva, pois todos sofrem com ela. Ao invés de cercear a existência humana individual com a ameaçada do nada, a situação-limite abre-a à humanização pela busca pelo mais ser (apropriado por Paulo Freire como ser mais). Ao invés de uma transcendência metafísica estamos falando de uma transcendência histórica, pois o subdesenvolvimento é um conjunto de situações-limites e sua superação significa transformar o ser nacional. Nesse mesmo capítulo o autor subverte as reflexões de outros conceitos existencialistas como existência autêntica

e ser-para-a-morte, este último riquíssimo para uma compreensão correta da pandemia na realidade brasileira.

Claro está que não podemos chamar Vieira Pinto de existencialista, pura e simplesmente, nem mesmo marxista, porque além de criticar o messianismo da classe operária como ingenuidade ele adota uma postura conceitual e política nacionalista. Talvez esse seja o grande desafio de ler Álvaro Vieira Pinto no século XXI: despojarmos da ingenuidade servil à colonialidade do saber ao ler o texto de um filósofo brasileiro. Ao invés de tentarmos rastrear qual “ismo” europeu ele representa, ou qual grande figura do cânone eurocêntrico ele entendeu bem ou mal, devemos atentarmo-nos às suas teses e reflexões.

Outro conceito caro ao autor é o de nacionalismo. O estatuto sociológico e político privilegiado da nação aparece em suas reflexões como uma consequência do processo histórico que, em sua época e ainda hoje, encontra nas entidades nacionais a divisão preponderante da Comunidade Humana Pluriversal. O autor concebe que não é impossível que um dia venhamos a compor um ecúmeno unificado, sem quaisquer divisões do tipo nacional, mas também não é uma necessidade histórica que isso venha a configurar-se assim. Todavia o fato é que a política em âmbito nacional é hoje uma forma eficaz de modificação das condições de existência de vastos contingentes humanos. Sociologicamente o estar-na-nação corresponde ao ontológico estar-no-mundo, faltando às correntes existencialistas meditarem seriamente no mundo onde é dado ao ser humano estar. Portanto não apenas politicamente, mas existencialmente a nacionalidade adquire caráter relevante.

O nacionalismo, tal como entendido por Vieira Pinto, não equivale às ideologias românticas e metafísica, que exaltavam a raça, o sangue, a língua, a religião ou qualquer outro aspecto de maneira idealista. Não tem a ver com uma suposta identidade nacional imóvel e abstrata. Seu nacionalismo corresponde a uma plataforma política, econômica e cultural de enfrentamento e superação daquela apontada por ele como a contradição principal da nação brasileira: o imperialismo. Aceitando a teoria das contradições como aspecto da mobilidade do real, porém desposando a concepção da multipolaridade, isto é, que reconhece a vigência de várias contradições simultaneamente, sendo uma a que determina as demais, ele propõe o imperialismo, que opõe os interesses brasileiros aos das nações metropolitanas, como sendo a principal contradição de nosso momento histórico.

Vieira Pinto defende a tese de que o nacionalismo é a antítese da alienação, combatendo-a em diferentes setores da realidade. A *alienação econômica* torna o país dependente um reflexo da consciência e dos interesses econômicos da nação dominante; nesse sentido “o entreguismo, sem embargo de todas as suas revoltantes manobras materiais, é no plano conceitual um fenômeno de alienação” (2020, vol. II, p. 396). Já a *alienação política*, que corresponde ao imperialismo, é apontada por ele como sendo a mais grave de todas, porque contribui para conservar as demais. O autor explica-a como sendo a incapacidade da classe dirigente do país oprimido em refletir autenticamente sua própria circunstância. Ela, segundo o autor, “documenta a incapacidade do grupo dirigente de inventar o projeto nacional autêntico” (2020, vol. II, p. 398). Por sua vez, assinala o autor, a *alienação cultural* foi um traço bastante estudado por nossa intelectualidade, que se apercebeu cedo da transplantação cultural e do mimetismo que acometeu a nossa história das ideias. Uma contribuição que faz Vieira Pinto a esse respeito é indicar o caráter dialético da alienação: seria postura a-história e antissociológica denunciar retrospectivamente a alienação cultural como uma mácula ou um vício, pois muitos desses pensadores que hoje nos parecem alienados alcançaram o máximo de consciência crítica que o período permitiu. Segundo o autor, “a partir de agora, será alienada a consciência que não se comportar como reflexo da realidade brasileira, mas persistir no culto de concepções e estilos de vida estrangeiros” (2020, vol. II, p. 401). Para ele o nacionalismo “restaura a esperança de uma cultura autêntica, porque, em primeiro lugar, demonstra-lhe a possibilidade e, ademais, estimula o espírito a produzi-la” (2020, vol. II, p. 403).

A parte II do segundo volume de “Consciência e realidade nacional” é composta por treze capítulos em que o autor se propõe a elaborar uma carta de política com princípios nacionalistas; a principal tese ali contida “declara não ser o desenvolvimento enquanto tal que representa agora a conduta objetiva autêntica em nosso processo histórico, mas tão somente o desenvolvimento enquanto instrumento da emancipação política e econômica nacional” (Vieira Pinto, 2020, vol. II, p. 482). Deste momento reflexivo da obra destacaríamos também suas reflexões acerca do caráter filosófico-existencial matéria-prima (hoje chamada excelsamente de comódite), sua descrição do funcionamento do subimperialismo e a proposta de política solidária às nações em luta por libertação política e econômica, como as africanas e asiáticas.

A terceira parte contém uma sistematização do complexo categorial da consciência crítica e a última parte do segundo volume oferece uma conclusão em que,

além de convidar o leitor a uma superação das limitações que o autor do livro poderia apresentar, discute alguns temas pertinentes, como a adesão ao processo de desenvolvimento e uma teoria da revolução.

A teoria da revolução em Álvaro Vieira Pinto também merece meditação, pois guarda atualidade e se refere diretamente à libertação brasileira e do Sul global. Sem derrogar a consagrada tese de que não existe revolução sem uma teoria revolucionária, ele aponta a necessidade de se considerar as particularidades dos países subdesenvolvidos em processo transformador, argumentando a partir da exigência de introduzir o tempo histórico concreto no enunciado de proposições desse tipo. Ademais, definindo revolução como “o ato histórico pelo qual as forças sociais de uma comunidade, correspondentes ao grau de desenvolvimento do respectivo processo econômico, solucionam a contradição principal que no momento envolve essa comunidade” (2020, vol. II, p. 579-580), ele permite uma superação das políticas de armadilha identitária. Ao vincular o conceito de revolução à teoria geral das contradições sociais, Vieira Pinto permite o reconhecimento da legitimidade das pautas identitárias (além de outras lutas sociais que não se referem exatamente a uma identidade, configurando-se também enquanto contradições) e das ações dos seus respectivos movimentos sociais, mas destaca a importância de uma luta unificada em prol da resolução da já citada contradição principal. Outros aspectos que devem ser considerados são o papel reservado às massas, que ele concebe como sendo o de sujeito da revolução, e uma certa apreensão daquilo que a filosofia política chinesa concebe como *shi* (Dussel, 2014): a revolução não é imposta por uma suposta liderança, mas induzida do real, a partir das vertentes de desenvolvimento aí vigentes.

Se partirmos da premissa de que não existe filosofia latinoamericana ou filosofia brasileira, não teríamos muitas razões para o estudo de “Consciência e realidade nacional”. Todavia desde a publicação póstuma de “O conceito de tecnologia” e “A sociologia dos países subdesenvolvidos”, em 2005 e 2008, respectivamente, houve um crescente interesse na obra de Álvaro Vieira Pinto; é o que mostra, por exemplo, a criação da Rede de Estudos Sobre Álvaro Vieira Pinto (Gonzatto & Merkle, 2016). Seguindo a esteira filosófica de um idealismo “germano-tupiniquim” alguém poderia dizer que sua obra se impõe, apesar de todas as vicissitudes vividas por ele. Todavia, em uma abordagem mais objetiva da história da filosofia brasileira, que é preferida por nós, diríamos que a investigação sistemática de seu pensamento permitir-nos-á encontrar teses, teorias, propostas, categorias, conceitos e argumentos filosóficos pertinentes à nossa realidade. Ora, se de fato Enrique Dussel tem razão quando afirma que “a filosofia

não pensa a filosofia, quando é realmente filosofia e não sofisticada ou ideologia. Não pensa textos filosóficos, e se deve fazê-lo é apenas como propedêutica pedagógica para instrumentalizar-se com categorias interpretativas. A filosofia pensa o não-filosófico: a realidade” (2011, p. 20), então o estudo de Álvaro Vieira Pinto constitui uma tarefa obrigatória para os filósofos brasileiros comprometidos com a reflexão sobre sua própria realidade. Naturalmente isso implica um complicador: um professor brasileiro que ministre disciplinas relacionadas ao pensamento nietzschiano não necessariamente deve aprofundar-se no estudo de Vieira Pinto, assim como um comentador pedante qualquer. Ambos não possuem um compromisso laboral necessário com a apreensão e meditação sobre a realidade brasileira. Todavia aquele que deseja filosofar sobre o Brasil, sobre a realidade concreta de seu país, tem como exigência conhecer e cultivar criticamente o pensamento de Vieira Pinto; ou então que ele esteja preparado para reinventar a roda.

Essa “resenha” mostrou o reducionismo cometido por aqueles que alcunham Vieira Pinto pura e simplesmente de desenvolvimentista. Se de fato podemos encontrar no período isebiano de sua obra um projeto de elaboração de certa filosofia do desenvolvimento, em nada esta disciplina filosófica pode ser reduzida a aparato ideológico de um governo ou de um período específico da vida brasileira, pois o subdesenvolvimento segue vigente pela desigualdade social, pela miséria das massas, pela economia extrativista e agrária, pelos índices coloniais de industrialização, pela academia alienada em sua torre de marfim, pela assimetria racial e pela submissão da mulher. O subdesenvolvimento segue vigente e as propostas necessárias à superação mais do que nunca precisam ser discutidas. A concepção vieirista é clara: é necessário um desenvolvimento libertador.

A ditadura imperial-militar iniciada em 1964 fez nascer um movimento de ocultação epistemológica de autores como Vieira Pinto. Nosso desafio atual é superar as interpretações reducionistas e datadas desse tempo de silenciamento e abrir caminho rumo a um estudo sério da história da filosofia brasileira.

Referências

ARANTES, P. Um Depoimento Sobre o Padre Vaz. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 32, n. 102, p. 5-24, 2005.

AQUINO, J. Narcisismo às avessas e a nossa filosofia brasileira. **Modernos & Contemporâneos**, Campinas, v. 4, n. 8, jan./jun., 2020.

CONSTÂNCIO, J. **Filosofia e Libertação segundo E. Dussel e Vieira Pinto**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1984.

CORBISIER, R. **Reforma ou Revolução?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CORBISIER, R. **Filosofia política e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

COSTA, B. & MARTINS, A. Notas à Recepção do Pensamento de Álvaro Vieira Pinto: o caso Vaz e a educação em Consciência e Realidade Nacional. **Educação e Realidade**, Edição eletrônica, v. 44, p. e83042, 2019.

DUSSEL, E. **Filosofía de la liberación**. México: FCE, 2011.

DUSSEL, E. **Política da libertação: história mundial e crítica**. Volume 1. Passo Fundo: IFIBE, 2014.

DOMINGUES, I. **Filosofia no Brasil: legados e perspectivas- ensaios metafilosóficos**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

GONZATTO, R.; MERKLE, L. Vida e Obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento biobibliográfico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 69, set. 2016, pp. 286-310.

MENDONÇA, A. Manifesto da Filosofia Pau-Brasil: da Filosofia na Ágora à Filosofia de Agora. E de Volta para o 'Futuro Passado'!. **Em Construção**. ano 1, n. 1, 2017, pp. 106-122. DOI:10.12957/emconstrucao.2017.28127.

VIEIRA PINTO, A. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

VIEIRA PINTO, A. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.